



## Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7232 e - <http://www.mec.gov.br>

## PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.024154/2019-19

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Inscrição em evento de capacitação aberto denominado **Curso de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MPCASP voltado para SIAFI**, para 20 servidores das áreas de execução orçamentária, financeira e patrimonial, lotados no MEC, a ser realizado no período de 9 a 13 de setembro de 2019, em Brasília- DF pela Ônix Capacitação Profissional.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

2.1. Prestação de serviços referentes à realização de Curso de capacitação denominado Curso de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MPCASP voltado para SIAFI, para os servidores do Ministério da Educação. (1675733)

**3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **Da necessidade da contratação:** A sociedade exige cada vez mais eficiência, rapidez, credibilidade e presteza no atendimento e nos serviços. Esses fatores determinam uma nova dinâmica na Administração Pública, dessa maneira tomar, ou auxiliar a tomada, dessas decisões nessa nova Administração exige avaliação criteriosa e representa responsabilidade para os que agem em nome de todos. O acesso ao aperfeiçoamento constante e a conteúdos relevantes e confiáveis faz a diferença na tomada dessas decisões e na obtenção dos resultados exigidos no alcance do interesse público, objetivo primeiro de atuação, e nas relações destas com clientes, fornecedores e comunidade.

3.2. No intuito de oportunizar ao Ministério da Educação o aparato necessário para aprimorar a execução, a excelência a eficiência no desempenho das suas atividades, esta capacitação tem como missão apresentar, detalhar e consolidar as melhores práticas da execução orçamentária financeira e patrimonial com foco no MPCASP 8ª Edição, voltado às atividades realizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI.

3.3. O evento em pauta tem o objetivo de capacitar servidores do Ministério da Educação das áreas de execução orçamentária, financeira e patrimonial, tornando-os aptos a aprimorar a organização e execução das atividades típicas da administração pública relacionadas às finanças públicas do Governo Federal.

3.4. Dessa forma fica clara a demonstração de que o curso tem pertinência temática com as atividades desenvolvidas pelos servidores que o frequentarão.

3.5. **Da justificativa para escolha do fornecedor:** A Ônix Capacitação Profissional é uma instituição de direito privado que atua no mercado nacional tendo como finalidade o aperfeiçoamento e capacitação profissional e pessoal, voltado aos servidores públicos e privados. A empresa realiza cursos abertos com divulgação através dos mais diversos meios de comunicação, como folder, e-mail, internet, cursos “in company” para atender as necessidades específicas dos órgãos e cursos semifechados para atender as necessidades de grupos específicos.

3.6. Sua missão é capacitar e qualificar profissionais e servidores das áreas pública e privada de forma prática, atualizada e ética, contribuindo para um melhor desempenho das organizações. Sua meta é atender profissionais, funcionários e servidores públicos e privados, identificando suas necessidades, garantindo um treinamento específico, moderno e atualizado. Em contrapartida, continuar na busca do aperfeiçoamento contínuo. Ampliar a competência para definir rumos da organização e proporcionar a reflexão sobre temas relevantes da gestão pública e privada contemporânea. A *Ônix Capacitação Profissional* traz uma visão ampla no campo de atuação das diversas áreas de especialização, compreendendo temas de interesse que poderemos desenvolver e oferecer a sua instituição.

3.7. O curso em pauta conta com a atuação do instrutor **Gilvan da Silva Dantas**, Graduado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Gestão Estratégica pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. É Auditor Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda desde 2003. Atualmente exerce desde maio/2017 a função de Coordenador Geral de Contabilidade e Custos do Ministério da Economia, DAS 101.4. Exerceu a função de Subsecretário de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, DAS 101.5 no período de Dezembro de 2010 a Maio de 2015. Na Imprensa Nacional exerceu a função de Chefe de Gabinete do Diretor Geral, função DAS 101.4 no período de junho a dezembro de 2016. Foi Assessor Técnico na Presidência da República na Secretaria de Administração no período de Junho 2015 a Junho de 2016, DAS 101.3 Foi Coordenador-Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN, DAS 101.4, no período de Janeiro a Dezembro de 2010; no âmbito da CCONT na sua trajetória foi Gerente de Normas e Procedimentos Contábeis, foi Gerente de Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis e foi Coordenador de Suporte da CCONT. Foi Contador Geral da Companhia de Saneamento do Distrito Federal no período de 1997 a 2002. Coautor do livro *Entendendo as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – EDCASP*, pela Editora Gestão Pública, 1ª edição, 2017. Participou de importantes projetos na Administração Pública: - Implantação do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal; - Implantação do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI; - Implantação do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público na União; - Participou da concepção e desenvolvimento do MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF; - Implantação do Tesouro Gerencial. Participou de cursos e treinamentos avançados na parte de gestão tais como: AMANA-KEY – Programa de Gestão Avançada pela N Produções – Gestão de Pessoas para Alta Performance com Pedro Mandelli pela Fundação Dom Cabral – Programa SEST de Capacitação para Conselheiros de Administração.

#### 4. EMBASAMENTO LEGAL

4.1. A Constituição Federal, no seu art. 37, inc. XXI, estabelece exceções ao dever de licitar. Essa prerrogativa está materializada nos arts. 24 e 25 da Lei de Licitações. Nesses dispositivos, encontramos situações que ensejam a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação.

4.2. Precisamente no art. 25 da Lei nº 8.666/93, o legislador permite à entidade contratante, diante da inviabilidade de competição, a contratação direta.

4.3. Essa inviabilidade de competição pode fundamentar-se em duas hipóteses: fornecedor exclusivo e peculiaridades do objeto. Vejamos:

a) fornecedor exclusivo: em razão de fornecedor ou prestador possuir a necessária aptidão para atender ao interesse público, em outras palavras, a contratação do bem ou a prestação do serviço é realizada de modo exclusivo;

b) peculiaridades do objeto: em razão das peculiaridades que caracterizam o objeto ou o serviço. O objeto ou o serviço pode até ser prestado por mais de uma pessoa, porém, há inviabilidade de competição por ausência de critérios objetivos para a comparação das propostas. O bem ou o serviço pretendido pela Administração agrega singularidades que afastam a competitividade.

4.4. Denota-se, com isso, que quando a Administração Pública se deparar com essas circunstâncias excepcionais, poderá proceder à contratação direta, observando, é claro, o correspondente procedimento administrativo.

4.5. A contratação direta por inexigibilidade de licitação, qualquer que seja seu fundamento legal art. 25, caput e incs. I, II e III, pressupõe inviabilidade de competição.

4.6. Nesse sentido, Marçal Justen Filho:

“Em todos os casos de inviabilidade de competição há um objeto singular. A singularidade consiste na impossibilidade de encontrar o objeto que satisfaz o interesse público dentro de um gênero padronizado, com uma categoria homogênea.”

4.7. É valiosa a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello quando trata de objetos licitáveis:

“São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...). Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja”.

4.8. Corroborando a ideia da singularidade e a correspondente inexigibilidade de licitação, Carlos Ari Sundfeld complementa:

“Se a Administração necessita de bem determinado, sem um correspondente (bem singular), deve buscá-lo com quem o possua, sem possibilidade lógica de obtê-lo com terceiros”.

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

4.9. O art. 13 da Lei de Licitações indica, de forma exemplificativa, os serviços técnico-profissionais especializados. O inc. VI enumera atividades que se identificam com os eventos prestados pela Ônix Capacitação Profissional:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”. (Grifamos)

4.10. **Requisitos a serem observados:** Para caracterizar os serviços técnico-profissionais previstos no inc. II do art. 25 da Lei nº 8666/93, faz-se necessário que:

- o serviço seja técnico-profissional especializado;
- o serviço seja de natureza singular;
- a empresa seja notoriamente especializada.

4.11. A norma é expressa ao enquadrar os serviços de treinamento (tais como cursos, simpósios, seminários, congressos, palestras, encontros, etc.) como serviços técnico-profissionais especializados.

4.12. Dessa forma, os eventos promovidos pela Ônix Capacitação Profissional devem ser classificados como técnico-profissionais especializados.

4.13. Ademais, os serviços profissionais especializados oferecidos pela Ônix Capacitação Profissional são singulares, diferenciando-se dos demais existentes no mercado, pois agregam peculiaridades que inviabilizam a competitividade.

4.14. Ao tratar da singularidade do objeto, a Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro aduz que:

“Singular é o serviço que, por suas características intrínsecas, não é confundível com outro. Não ser confundível com o outro não significa que seja o único, mas que contenha tal qualidade ou complexidade que impossibilite a sua comparação com outros. Havendo impossibilidade de comparação entre os serviços, e necessitando a Administração dessa determinada prestação, não há que se falar em procedimento licitatório, por inviabilidade de licitação.

4.15. Tais serviços, portanto, são denominados de natureza singular, cuja execução só pode ser atribuída a um determinado profissional ou empresa especializada. Obviamente, esse profissional ou empresa também não são os únicos no mercado, mas a singularidade do serviço e a comprovada capacitação do escolhido são denominadores comuns ao administrador a justificar a inexigibilidade de licitação.

4.16. Ainda sobre a singularidade do serviço, Márcio Cammarosano:

“O que, na essência, inviabiliza a competição na hipótese considerada é a singularidade do serviço que se pretende contratar. Não aqui a singularidade absoluta ou objetiva, consistente no fato de só haver um profissional ou firma em condições de prestar o serviço desejado, mas a singularidade que decorre da própria natureza e característica do serviço, aliada à especial e notória qualificação de quem se pretenda contratar, e que se possa considerar como necessária para a adequada consecução do resultado final de interesse público pretendido. A singularidade subjetiva que de regra se contém “... no bojo da notória especificação” ( v. Sérgio Ferraz e Lúcia Valle Figueiredo in Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, Malheiros Editores, 1994, p. 80).

4.17. Uma singularidade que “...não significa que outros não possam realizar o mesmo serviço”. (Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, Malheiros Editores, 4ª. ed., 1993, p. 80) mas sim aquela que, em razão do resultado final pretendido, da sofisticação que encerra, e da notória especialização do profissional ou firma a ser contratada, não possibilite elencar fatores e critérios que permitam atender, a um só tempo, as exigências de julgamento objetivo de propostas que se apresentem rigorosamente equivalentes quanto ao objeto do certame, e de escolha, dentre elas, da que melhor se preste, realmente, ao atendimento da Administração”.

4.18. A partir dos trechos citados a título de exemplo da vasta doutrina a respeito do tema, conclui-se que singularidade não significa que não existam no mercado outras empresas que possam prestar o serviço à Administração. Significa que, em razão do resultado final pretendido, da sofisticação, da complexidade técnica envolvida e da notória qualificação da empresa e dos ministrantes/palestrantes, essa é a melhor forma de atender ao interesse público.

4.19. Nesse contexto, é possível afirmar que os serviços de capacitação e aperfeiçoamento prestados pela Ônix Capacitação Profissional se caracterizam como singulares na acepção contida no comando legal indicado. É singular na medida em que a qualidade do conteúdo técnico, da metodologia, dos professores e da especialização afasta a possibilidade de comparação com outras empresas do mercado, caracterizando a inviabilidade de competição.

4.20. Destarte, a participação em eventos organizados pela Ônix Capacitação Profissional poderá ser contratada diretamente, por inexigibilidade de licitação, fundada no inciso II do artigo 25 da Lei de Licitações.

4.21. Corroborando a possibilidade de contratação de cursos de aperfeiçoamento com fulcro na inexigibilidade de licitação, pronunciou-se o Tribunal de Contas da União na Decisão nº 439/98, veiculada na Revista ILC6:

“...

5. Desnecessário discorrer sobre a importância vital do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público. Diante das profundas e rápidas transformações que nosso mundo vem sofrendo, a sociedade tem cobrado cada vez mais da Administração Pública respostas precisas para suas demandas. Nesse contexto, as entidades da Administração tomaram consciência da necessidade imperativa de investir em recursos humanos, formando profissionais capacitados e atualizados para o desempenho de suas funções.

6. Essa preocupação com a formação do profissional torna-se ainda mais relevante quando se trata de servidores especializados e/ou com potencial para assumir cargos de direção. Desses servidores espera-se não somente que sejam capazes de tomar decisões corretas e coerentes com seu tempo, mas que saibam pensar, ter criatividade para encontrar soluções inovadoras para antigos ou novos

problemas. Tal perfil somente pode ser encontrado em profissionais bem formados, adequadamente treinados e rotineiramente submetidos à reciclagem.

...

37. Com fundamento em todas essas colocações, consideramos necessário e oportuno que se firme o entendimento de que se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei nº 8.666/93 a contratação de professores, conferencistas ou instrutores, para ministrar aulas em cursos de treinamento, de formação ou de complementação de conhecimentos de servidores especializados, desde que se trate de cursos desenvolvidos especificamente ou adaptados para o atendimento das necessidades do contratante e/ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos. ...

VOTO ...

4.22. Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.300/86, defendia que:

“A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados que são o que afinal importa obter, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos, mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.

Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.300/86.” (“Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação” in Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79 - grifos nosso).

4.23. Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que além de possuir objetos singulares, com destaque aqui para os eventos, em razão do tempo de atuação, da experiência acumulada, dos produtos e serviços disponíveis no mercado, da sua organização, do seu aparelhamento e da sua equipe técnica, a Ônix Capacitação Profissional é uma empresa notoriamente especializada na área em que atua.

4.24. Cabe destacar que notório significa “Sabido de todos ou de muitos, público. Claro, patente”.

4.25. A notória especialização é evidenciada pelo exame da experiência passada no campo de sua especialidade. Pode ser aferida, também, pela realização de estudos, publicações, pesquisas, aparelhamento e equipe técnica adequados.

4.26. Diante do exposto, pode-se concluir que a escolha é adequada e que:

- a) A Administração Pública pode valer-se da contratação direta por inexigibilidade quando estiver diante de circunstâncias que evidenciam a singularidade do objeto ou do serviço que está sendo contratado;
- b) A Ônix Capacitação Profissional oferece serviços técnicos especializados e singulares;
- c) A experiência em matéria de eventos da Ônix Capacitação Profissional evidenciam a notória especialização;
- d) A Ônix Capacitação Profissional pode ser contratada diretamente, haja vista que detém notoriedade e os serviços prestados são singulares, inviabilizando o cotejo de propostas entre outras empresas ou outros profissionais. “Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art.

13, VI, da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação.

4.27. Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995, pág. 110)

## 5. **PÚBLICO-ALVO**

5.1. 20 (vinte) servidores públicos do Ministério da Educação, atuantes nas áreas orçamentárias/financeiras da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e Diretoria de Tecnologia da Informação.

## 6. **LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA**

6.1. O evento será realizado em Brasília, de 09 a 13 de Setembro de 2019, das 08h30 às 12h30, com duração de 20 horas.

## 7. **FISCALIZAÇÃO**

7.1. A fiscalização dos serviços ficará por conta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC.

## 8. **GARANTIA DO OBJETO CONTRATADO**

8.1. A garantia dos serviços a serem executados são as condições previamente negociadas e pactuadas na proposta do fornecedor.

## 9. **CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

9.1. O pagamento será efetuado por meio de nota de empenho, sendo o depósito bancário realizado, após o término do evento, via atesto de nota fiscal.

## 10. **OBRIGAÇÕES DO MEC**

10.1. Efetuar a inscrição dos servidores interessados;

10.2. Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço, assegurando-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos;

10.3. Designar um servidor para realizar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

10.4. Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;

10.5. Liberar o servidor para frequência no evento no horário estabelecido;

10.6. Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado;

10.7. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições de preços e prazos deste projeto básico.

## 11. **OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

11.1. Executar o objeto em conformidade com as especificações exigidas, observando os prazos e as demais obrigações;

11.2. Ministras o evento de acordo com o conteúdo programático proposto;

11.3. Prover quaisquer material didático e de apoio ao evento;

- 11.4. Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;
- 11.5. Designar um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CEFAP, informando os números atualizados de telefone de contato, bem como o endereço e o e-mail destinado ao envio e recebimento de mensagens de forma ágil e eficiente;
- 11.6. Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições estabelecidas na proposta apresentada;
- 11.7. Executar diretamente o objeto, conforme o estabelecido neste projeto básico e na proposta comercial, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações;
- 11.8. Assumir, no que lhe couber, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços;
- 11.9. Encaminhar nota fiscal, no prazo de 5 (cinco dias) úteis a contar do término da capacitação, a este Centro de Formação para atesto e posterior pagamento.

12. **ESTIMATIVA DE PREÇO**

- 12.1. O valor da contratação pretendida é de R\$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais) por participante, com valor total para 20 (vinte) participantes de **R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais)**, segundo consta da proposta técnica e comercial, encaminhada pela empresa.

**ÉRIKA BITTENCOURT DE SOUSA VÉRAS**

Coordenadora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento

De acordo. Encaminhe-se à SAA/GAB, na forma proposta.

**LUANNA ARAÚJO DE CARVALHO**

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **Erika Bittencourt de Sousa Veras, Coordenador(a)**, em 28/08/2019, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Araujo de Carvalho, Coordenador(a) Geral**, em 28/08/2019, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1675930** e o código CRC **92D96D28**.

---

**Referência:** Processo nº 23000.024154/2019-19

SEI nº 1675930